

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**MARIANA DOROTEIA CANGANJO BINGI**

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA AS MULHERES DENTRO DO AMBIENTE  
EDUCACIONAL E TRABALHISTA EM ANGOLA**

Redenção/CE

2025

**MARIANA DOROTEIA CANGANJO BINGI**

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA AS MULHERES DENTRO DO AMBIENTE  
EDUCACIONAL E TRABALHISTA EM ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Administração  
Pública, da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira, como requisito parcial  
para obtenção de Título de Bacharel.

Orientador: **Prof. Pedro Rosas Magrini**

Redenção/CE

2025

# **ASSÉDIO SEXUAL CONTRA AS MULHERES DENTRO DO AMBIENTE EDUCACIONAL E TRABALHISTA EM ANGOLA**

**Mariana Doroteia Canganjo Bingi**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objeto de estudo explorar a natureza do assédio sexual que mulheres angolanas vêm enfrentando em ambientes de trabalho e acadêmicos. A violência contra a mulher é um tema que tem ganhado espaço crescente nas discussões sociais e políticas em todo o mundo, e o assédio sexual, sendo uma de suas manifestações mais recorrentes, reflete diretamente as desigualdades de gênero. De acordo com o UNICEF, trata-se de um dos tipos de violência mais prevalentes globalmente, manifestando-se em diversos contextos como locais de trabalho, instituições de ensino, transportes públicos e até mesmo em ambientes privados. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos do assédio sexual, suas consequências emocionais, profissionais e sociais, bem como as políticas implementadas pelo governo angolano para o acolhimento e proteção das vítimas. Para tanto, utilizou-se uma abordagem metodológica mista, combinando análise qualitativa e quantitativa. Foram aplicados questionários online a 120 mulheres residentes em Angola, incluindo estudantes do ensino médio público e trabalhadoras formais, além da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres angolanas da UNILAB (Campus dos Palmares – CE). Também foram analisados documentos legais, leis nacionais e materiais jornalísticos digitais. Os dados coletados revelam a gravidade da situação: 74% das participantes relataram já ter sido vítimas de assédio sexual, e 62% afirmaram ter permanecido em silêncio, principalmente por medo ou falta de confiança nos mecanismos institucionais. As formas mais frequentes de assédio relatadas foram comentários de teor sexual, contatos físicos indesejados e convites insistentes, sendo os principais agressores pessoas em posições de poder como supervisores, gestores e professores. Esses resultados demonstram a urgência de políticas públicas efetivas e espaços institucionais que acolham verdadeiramente as vítimas, rompendo com o ciclo de silenciamento e impunidade. Assim, este trabalho busca não apenas contribuir academicamente com o debate, mas também reforçar a importância da escuta ativa e do protagonismo feminino na luta contra o assédio sexual em Angola.

**Palavras-chave:** Assédio sexual, Gênero, Educação, Trabalho, Angola

## INTRODUÇÃO

O assédio sexual é uma forma de violência que, embora ganhe cada vez mais visibilidade no mundo, ainda é subnotificada e negligenciada em Angola. A prática tem crescido de forma alarmante dentro de instituições educacionais e ambientes de trabalho, afetando principalmente as mulheres. Muitas delas têm recorrido às redes sociais como o Instagram e o Facebook, para denunciar os abusos sofridos nesses espaços.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, as interlocutoras relataram experiências semelhantes: a impunidade e o poder hierárquico dos agressores são fatores que perpetuam os crimes, uma vez que diversas instituições não cumprem a lei e nem aplica penalidades aos predadores.

Em Angola, onde a população é majoritariamente feminina, o assédio sexual representa uma emergência significativa. Mulheres frequentemente enfrentam constrangimento em seus locais de trabalho, escolas e espaços públicos, sem a proteção adequada. Apesar da sociedade ser predominantemente feminina, o gênero masculino tende a responsabilizar as vítimas, exacerbando a falta de empatia e sensibilidade em relação ao problema.

De acordo com um inquérito realizado em 2023 pelo grupo Ondjango Feminista sediada em Luanda, a maioria das mulheres relatou desconforto e medo constante de serem assediadas, independentemente dos espaços em que estejam. O levantamento, divulgado no site do grupo, reforça que o assédio é uma experiência comum e repetitiva na vida dessas mulheres.

O assédio pode se manifestar de várias formas: desde comentários inapropriados, insinuações sexuais, toques sem consentimento, chantagem sexual e outras condutas de caráter desrespeitoso. Causando desconfortos e impactos devastadores para as vítimas, tais como: psicológicos e físicos, comprometendo a saúde mental e o desempenho das vítimas em questões acadêmicas e profissionais.

No presente artigo abordamos o assédio sexual como uma violação moral e física dos direitos humanos, especialmente das mulheres. Expressões como “coagir”, “chantagear” e “ameaçar” sintetizam a dinâmica dessa violência, que ainda carece de enfrentamento sério e eficaz nas instituições públicas angolanas.

O assédio sexual em instituições de ensino médio e no ambiente de trabalho em Angola é uma realidade presente, mas muitas vezes subnotificada. As vítimas enfrentam barreiras para relatar os casos devido ao medo de retaliação, a normalização do problema e a falta de políticas eficazes de denúncias, proteção e punição. No entanto, há uma lacuna na compreensão sobre como esse fenômeno afeta as mulheres angolanas e quais são os impactos na vida acadêmica e profissional das vítimas.

Este estudo se justifica pela necessidade urgente de dar visibilidade às vozes das mulheres que têm enfrentado o assédio sexual em diferentes espaços sociais. Essas mulheres, muitas vezes silenciadas pela ausência de políticas públicas eficazes, pela normalização do problema e pela própria estrutura social patriarcal, carecem de mecanismo seguros para denúncia e acolhimento.

A pesquisa de Ernesto Barros André (2021), realizada em uma escola secundária pública em Angola, revela que o assédio sexual está entre os principais conflitos vivenciados por alunas na relação com professores. Isto mostra como de facto este tema é bastante importante, o autor ainda aponta que muitos estudantes são coagidos a permanecer em esses ambientes hostis, que causam sofrimentos e punições acadêmicas aos estudantes caso se recusem às propostas dos predadores. Esses dados vão ainda mais reforçar a urgência de discutirmos o assédio como fenômeno estrutural nas instituições públicas, que vão ultrapassando o ambiente acadêmico e se alastrando no ambiente de trabalho.

Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento ou até mesmo a criação de políticas que comprovam ambientes mais seguros e acolhedores para as mulheres, reduzindo a hostilidade presente em instituições que deveriam protegê-las.

Do ponto de vista acadêmico, trata-se de um tema ainda pouco explorado na literatura angolana, o que reforça a importância de abordar com um olhar mais crítico, sensível e comprometido com a transformação social. Espera-se, ainda, que este trabalho sirva de referência para futuras investigações e traga benefícios concretos para as gerações futuras.

Esta pesquisa tem como objetivo explorar a natureza do assédio sexual e as narrativas das mulheres sobre o assédio sexual dentro do âmbito de trabalho e de educação pública angolana, quais são os impactos negativos que causa nas mulheres angolanas e as suas consequências.

Além disto, apresentar a campanha de conscientização realizada pelo Movimento dos Estudantes angolanos (MEA) que ressalta a importância de prevenir e combater o assédio sexual, com as leis aplicadas pelo governo angolano e os instrumentos para o registro e medição dos casos. Inicialmente, são apresentadas definições e tipologias de assédio sexual, com base em diversas fontes legais como código penal e lei geral do trabalho de Angola, assim como fontes acadêmicas. Em seguida, discutimos o contexto histórico e social que perpetua essas práticas, incluindo questões de poder e desigualdade de gênero que influenciam na crescente problemática do assédio sexual dentro das instituições em Angola.

Em termos da metodologia, para esta pesquisa foram realizadas 10 entrevistas em profundidade face a face, junto a estudantes angolanas da Unilab, residentes nos municípios de Redenção e Acarape, no Ceará rural; e 120 formulários online com perguntas fechadas foram aplicados às mulheres jovens residentes em Luanda, com maior concentração no bairro de Viana-Estalagem. A partir dos instrumentos de produção de dados aplicados, constatamos a prevalência do assédio sexual por meio de dados estatísticos ilustrativos dos dois contextos apresentados pela pesquisa: o assédio sexual contra as mulheres dentro das instituições acadêmicas (escolas de ensino médio públicas) e dentro do ambiente de trabalho. Os formulários online possuíam dez questões múltiplas e de escolha única. Os formulários foram enviados para as mulheres angolanas, utilizando-se o critério de idade e localização para responder o formulário, com a idade maior ou igual a 18 anos e residindo atualmente em Angola. O formulário foi respondido por 120 mulheres, das quais está repartido da seguinte forma: 44 são trabalhadoras e 76 são estudantes do ensino médio. Nas entrevistas, tivemos a participação de dez mulheres angolanas na Unilab. Os dados qualitativos das entrevistas foram um insumo para análises nos apartados que debatem o assédio sexual no âmbito educativo e de trabalho. Já no apartado “Resultados e discussões” são apresentadas as respostas obtidas por meio do formulário online.

No entanto, para as entrevistas, também foi aplicado o critério de participação: ser angolana e frequentar no máximo o segundo semestre na Unilab. Esse critério foi estabelecido para se ter uma visão recente do assédio sexual no território angolano, pois as mulheres que têm mais de cinco semestres podem não ter a mesma visão recente que as mulheres novas na Unilab. Assim, apresentamos com maior profundidade relatos de mulheres vítimas, permitindo uma visão mais detalhada das experiências e dos desafios que elas enfrentam por terem sido vítimas de assédio sexual dentro das instituições. No decorrer do planejamento das entrevistas, foi criado um grupo de WhatsApp com as mulheres que seriam

as interlocutoras da nossa pesquisa. Foi marcada uma roda de conversa com as dez mulheres, que seria no auditório do Liberdade, agendado nos horários entre 12:00, 14:00 e 16:00, nos dias a serem discutidos como sábado, segunda-feira ou quinta-feira. Teríamos um momento de confraternização após a roda de conversa para podermos falar sobre nossas experiências, enquanto mulheres angolanas, sobre o assédio sexual dentro das instituições.

No entanto, ocorreu um desencontro ou choque de horários entre as interlocutoras por conta dos horários de almoço e das aulas que elas teriam. Essa ideia desandou e muitas mulheres selecionadas desistiram de fazer as entrevistas. Cabe mencionar que com o grupo de whatsapp e a roda de conversa, seria mais difícil manter os dados de pesquisa em sigilo, e como a comunidade angolana na Unilab não é muito numerosa, isso pode ter afetado a vontade das interlocutoras de participar de um momento coletivo. Assim, mudei de estratégia, iniciando as abordagens em todos os espaços da Unilab: no Restaurante Universitário, no pátio, na biblioteca, na sala de aulas e nos banheiros, ainda continuando com o mesmo critério estabelecido. Encontrei as 10 interlocutoras e as entrevistas ocorreram na Unilab ao longo de 2024, com duração de 45 minutos para algumas interlocutoras e 30 minutos para outras.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa foram pensadas não apenas como uma coleta de dados para dar embasamento mas sim como espaços de escuta ética e afetiva, onde além de receber os depoimentos houve uma empatia entre as entrevistadas e a entrevistadora, fortalecendo assim o símbolo de resistência e a liberdade que as mulheres precisam, conforme propõe a Grada Kilomba ao afirmar que “falar não é apenas um ato de memória é também um ato de libertar-se, falar o que nos incomoda e nos fere a bastante tempo é um ato de resistência” (Kilomba, 2019, p. 84).

Além disso, foi realizada uma análise da legislação angolana relacionada ao assédio sexual, incluindo o Código Penal e a Lei Geral do Trabalho (Lei nº 12/23). O objetivo foi identificar como o ordenamento jurídico trata o assédio sexual e comparar com a realidade relatada nas notícias. A metodologia avançou na técnica de análise de conteúdo, questionários online e entrevistas semiestruturadas.

Por fim, o capítulo aborda as estratégias de enfrentamento e as políticas de prevenção dentro do país, destacando as melhores práticas adotadas por instituições e governos, como o Ministério da Educação e a Lei Geral do Trabalho e políticas de países parceiros, cujo

objetivo é criar ambientes seguros e respeitosos dentro das instituições. Além disso, serão discutidos os efeitos jurídicos e as medidas de apoio às vítimas implementadas pelas entidades governamentais. É fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar, incluindo palestras sobre educação sexual, para conscientizar as mulheres que colaboram na luta contra o assédio sexual.

Compreender profundamente este tema é essencial para promover um ambiente seguro e digno para todas. As instituições devem ser acolhedoras, permitindo que os estudantes e profissionais trabalhem sem medo de assédio moral ou sexual. Além disso, pesquisar sobre a temática não apenas nos mantém informados, mas também contribui para evitar práticas que perpetuam o assédio sexual.

## **NOÇÕES DE ASSÉDIO SEXUAL E A LEGISLAÇÃO ANGOLANA**

O assédio sexual é compreendido como todo ato de violência que envolve comportamentos como falas, gestos e atos para obter satisfação sexual sem consentimento, causando desconforto, constrangimento, e atentando contra a integridade física e moral da vítima, além de comprometer sua dignidade e gerar insegurança para elas (Cunha, 2017, p.45).

O assédio sexual se dá por várias dimensões: atenção sexual indesejada, coerção sexual e assédio em função do gênero. Atenção sexual indesejada está ligada aos comportamentos ofensivos ou invasivos como toques, elogios e convites indesejados em um ambiente de estudo ou trabalho. A coerção sexual se refere a tentativa de obter favores sexuais através da posição hierárquica em troca de “benefícios” acadêmicos ou profissionais como uma promoção no trabalho e aprovação em disciplinas; e ela é feita muitas vezes por ameaças e chantagens às vítimas. Essas dimensões são essenciais para entender a complexidade e o impacto do assédio sexual nas vítimas (Fitzgerald; Gelfand; Drasgow, 1995, p. 588).

A legislação angolana proíbe o assédio sexual em certas esferas, especialmente no ambiente de trabalho, mas enfrenta críticas pela falta de abrangência e pela ausência de medidas específicas para instituições educativas. O Código Penal e a Lei do Trabalho de Angola criminalizam o assédio sexual, porém, há um dispositivo descartável que não se refere à prevenção e nem à implementação de mecanismos em ambientes de ensino. Essa



falta de regulamentação deixa brechas importantes, especialmente para a proteção de menores de idade, que são particularmente vulneráveis em instituições educativas.

A nova Lei Geral do Trabalho, Lei n.º 12/23, de 27 de dezembro de 2023, que entrou em vigor em 27 de março de 2024 introduz o assédio sexual como uma das causas para despedimento disciplinar. Esta legislação especifica que o assédio sexual praticado pelo empregador, ou por aqueles que agem em seu nome, constitui justa causa para que trabalhador o/a rescinda o contrato com direito a uma indemnização. Esta inclusão preencheu um vazio legal que anteriormente existia nas relações laborais, onde o assédio sexual não era claramente definido como uma conduta grave que justificasse a rescisão do contrato de trabalho (Angola, Lei nº 12/23). A nossa pesquisa que foi iniciada em janeiro de 2023 que, no entanto, ainda vigorava a antiga lei de trabalho sobre o assédio sexual que foi revogada neste ano.

O assédio sexual é um crime previsto no código penal angolano com penas de até 3 anos de prisão, ou de um a quatro anos se a vítima for menor, conforme o artigo 186º do Código Penal. É um crime que fere os direitos à integridade pessoal e física, conforme a Constituição da República de Angola de 2010. No entanto, apesar de estar previsto na legislação, o assunto raramente era debatido publicamente até a campanha estudantil de 2023, feito pela associação dos estudantes, muitas vezes sendo abafado por instituições e pelas próprias famílias das vítimas.

A legislação ainda é limitada em relação aos mecanismos preventivos. Não há, até o momento, protocolos estabelecidos para a prevenção do assédio sexual em ambientes de ensino. Isso contribui para que os casos de assédios sexuais não sejam reportados ou envolvidos de maneira eficaz dentro das instituições educativas.

Apesar da sanção prevista no código penal sobre o assédio sexual, a legislação não estabelece a criação de espaços seguros para denúncias de assédio sexual. Embora exista a possibilidade de denúncia por vias formais, como a polícia e o Ministério Público, o processo pode ser intimidante, especialmente para estudantes ou funcionárias que possam temer por futuras represálias, pois não existe uma segurança de que elas não terão consequências a curto prazo, como reprovação ou demissão.

As organizações feministas e sociais, como a Ondjango Feminista, Mwana Po e o Associação dos Estudantes em Angola têm sido as vozes mais ativas na denúncia de assédio

sexual em instituições de ensino. Em alguns casos já se registrou repercussões públicas, e a temática estava sobre todas as redes sociais como Instagram, facebook e jornal, como o caso da campanha feita pela associação dos estudantes Angolanos em pró das denúncias elevadas de assédio contra as meninas e mulheres nas escolas, o caso da trabalhadora da TPA (televisão pública de Angola) que sofreu o assédio sexual do seu superior e se manifestou nas suas redes sociais. No entanto, as punições para os assediadores são escassas em Angola em qualquer área. A falta de resposta adequada e de punições para os assediadores têm contribuído para uma cultura de silêncio e impunidade, desencorajando outras vítimas (mulheres) a denunciarem.

### **ALGUMAS NOTAS CONCEITUAIS SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL EM ANGOLA**

O assédio tem origem num quadro histórico complexo que se aumentou com a convivência de sistemas de opressão, como os sistemas patriarcal, racial e capitalista (Silvia Federici, 2017; Carol Pateman, 1995) O assédio sexual funciona como um mecanismo de poder para disciplinar as mulheres, e punir sua presença no espaço público. Como tal, está baseado na existência da desigualdade de gênero, e atravessado por outros eixos de desigualdade, como o racial, o econômico, étnico, entre outros. Considera-se importante prestar atenção ao contexto histórico e ao contexto presente para pensar conceitualmente o assédio sexual em um determinado país. Se o assédio é um mecanismo de poder, tem a ver com um determinado regime político, independentemente que as pessoas incorporem estas práticas como se fossem parte da cultura.

Para dominação de povos, principalmente dos povos africanos, foram implementados sistemas de opressão, como patriarcal, onde o poder e a autoridade da estrutura social, cultural e política são atribuídos ao gênero masculino. (Ondjango Feminista, 2023, p.12); e cuja estruturação está baseada na violência racial sexual.

Este sistema apresenta várias características que influenciam na cultura organizacional das sociedades, a hierarquia de gênero é uma das características que coloca os homens em uma posição de privilégio diferente das mulheres, que são colocadas como subordinadas, e socialmente percebidas como inferiores. Assim também, a divisão social do trabalho: as mulheres são colocadas frequentemente em posições domésticas e de cuidado ao lar, que na nossa sociedade atual são atividades não remuneradas, mal remuneradas, e pouco reconhecidas, limitando assim a própria autonomia das mulheres.

Segundo a Ondjango Feminista, Angola apresentava um sistema patrilinear, e matrilinear dependendo das zonas. Podemos verificar que no período de colonização foram instituídos comportamentos violentos sobre os povos negros, não tendo sido o nosso país uma exceção à brutalidade vivida neste processo de escravatura e de tráfico de pessoas que desumanizou uma raça inteira, por questões econômicas, raciais e de ódio (Ondjango Feminista, 2024, p.17).

Com isto, o fenômeno da objetificação do corpo da mulher negra foi aumentando, que no contexto citado pela Ondjango(2024) serve de mercadoria e meio de reprodução como forma de reforço e manutenção do comércio das estruturas branco supremacistas, uma vez que o estupro, a indução à reprodução forçada constituía um meio de garantir o aumento da mão-de-obra

Para além deste aspecto, as mulheres negras ocupavam uma posição de serventia, pois eram assediadas e sexualmente abusadas, de forma brutal e reiterada, de modos a satisfazer os ímpetos dos escravizadores. Destes abusos surgiu a miscigenação, que também foi utilizada para exercer controlo sobre o povo negro e reforçar o embranquecimento do país.

Portanto, sem desresponsabilizar a sociedade atual, no que respeita aos privilégios atribuídos aos homens, de se comportar e reforçar estruturas que violentam e colocam em perigo a vida de mulheres em Angola, seja no seio das famílias, das igrejas, das empresas e até escolas, é imprescindível olhar para a cultura de violência de género que foi construída no período da colonização e cujas as consequências vivemos até os dias de hoje, por meio da desumanização dos corpos das mulheres, e isto está mais que comprovado através dos inúmeros casos que temos registrados de assédio sexual e abusos contra menores (mulher), a não problematização desses casos representa de uma forma todo o contexto histórico que forma citados.

A história da violência contra as mulheres, e do assédio sexual em específico, ainda precisa ser pesquisada em Angola, para ter mais dados sobre como se foi construindo e como pode ser combatida. Além do contexto histórico, também é relevante atender às formas nas quais se manifesta o assédio sexual em Angola em termos sociais, para além da definição jurídica e tipificação do crime de assédio na lei angolana.

O assédio sexual ele pode se manifestar de várias maneiras -tanto no ambiente trabalho como no ambiente educacional. No entanto, o assédio apresenta diversas posições, dependendo da função hierárquica que a pessoa está envolvida. Existem vários tipos de assédio sexual que são baseados na dinâmica de poder e relacionamento dentro de qualquer

ambiente. Apesar das definições de assédio sexual na legislação brasileira refere-se exclusivamente as aproximações de cunho sexual não solicitadas dentro de uma relação de poder, para os fins de este trabalho, retoma-se a definição da organização angolana Ondjango Feminista, pois é um dos coletivos que vem trabalhando no combate a esta prática, coletando informações e denúncias.

Ondjango Feminista, considera um leque de possibilidades maiores, e define o assédio vertical, e assédio misto. Cada um deles possui características e dinâmicas próprias (Ondjango, 2024, p.23):

1. O assédio vertical vai ocorrer quando houver diferença de poder ou hierarquia das pessoas envolvidas como a vítima e o assediador; este mesmo assédio pode ser caracterizado por duas partes sendo eles:

- Assédio Vertical Ascendente: Ocorre quando o assédio parte de um subordinado em direção a um superior. É menos comum, mas pode incluir insinuações, comentários ou tentativas de influência como decisões superiores para obter favores pessoais.
- Assédio Vertical Descendente: Mais frequente e ocorre quando uma pessoa em posição de autoridade, como um gerente ou professor, utiliza seu poder para coagir subordinadas de relações sexuais, sob ameaças diretas ou indiretas de perda de emprego ou o desempenho acadêmico da vítima

## 2. Assédio Misto

O assédio misto combina elementos de assédio vertical e horizontal e pode envolver vários assediadores ou situações em que o assediador possui poder ou influência sobre a vítima. Por exemplo, um assédio misto pode acontecer em equipes onde um grupo se une para assediar uma pessoa com menos poder ou em situações em que alguém de um departamento tenta assediar outro colaborador, mas utiliza sua influência informal ou social. Esse tipo de assédio é complexo e pode criar uma cultura de medo e retaliação, pois muitas vezes as vítimas enfrentam a pressão de múltiplos assediadores.

Além dos tipos de assédio sexual classificados, outras dinâmicas também são observadas:

- Assédio Sexual Verbal e Não Verbal: Esses comportamentos podem ocorrer em qualquer relação hierárquica e incluem gestos, insinuações, comentários sexuais, olhares insistentes e invasivos e exposição a materiais pornográficos no ambiente de trabalho ou educacional. Esse tipo de assédio pode ser mais difícil de identificar, mas causa desconforto e cria um ambiente opressor para a vítima.
- Assédio Sexual Online: Com o aumento da comunicação digital, o assédio também ocorre através de mensagens de texto, redes sociais, e-mails e outros meios virtuais. Esse tipo de assédio pode ser anônimo e persistente, o que dificulta o controle e a denúncia.
- Assédio Coletivo: Refere-se a uma situação em que um grupo de pessoas assedia uma única vítima, seja de forma direta ou indireta. Esse tipo de assédio é particularmente prejudicial, pois combina a pressão social com comportamentos abusivos de natureza sexual, deixando a vítima mais isolada e desprotegida.

No entanto, é de extrema importância ressaltar que o assédio sexual ao qual nos referimos nestes capítulos são assédios sexuais de origem vertical que mulheres trabalhadoras e estudantes enfrentam neste percurso em Angola são assédio sexuais cometidos por uma entidade hierárquica, podendo ser o chefe de trabalho no ambiente trabalhista e o professor no ambiente educacional. Resulta relevante mencionar as outras formas de assédio sexual consideradas por Ondjango feminista a partir da experiência ativista, pois são modalidades que nem sempre estão tipificadas como crimes na lei, mas que precisam ser igualmente combatidas.

A contextualização histórica é importante para podermos entender de onde começou, como se alastrou o assédio e como chegou até as instituições. A contextualização vai trazer um reflexo da sociedade em questões de assédio de forma geral. Também, a história reflete muito nos discursos que as mulheres têm sobre o assédio sexual hoje em dia, pois a cultura organizacional influencia os pensamentos e comportamentos das pessoas dentro das sociedades.

O assédio sexual contra as mulheres é um tipo de violência que foi plantada dentro das sociedades. Para colhermos hoje os inúmeros casos de mulheres violentadas ou assediadas sexualmente, houve uma plantação que, no caso, foi através do sistema de opressão patriarcal que o texto retrata.

O período colonial inaugurou a ideia de que a educação formal era unicamente ou prioritariamente para meninos e homens, sendo as mulheres preteridas nas escolas missionárias; assim também, os diversos regimes coloniais no continente africano priorizam a mão de obra masculina para trabalhos assalariados; isso, apesar que em muitas sociedades africanas, as mulheres desempenhavam funções na agricultura, no comércio, na religião etc. Se retomamos a ideia do assédio sexual como um mecanismo de disciplinamento das mulheres, percebemos que esta prática faz com que a presença das mulheres no espaço público seja punida, cumprindo assim, o mandato colonial de criar uma mulher africana pertencente ao espaço doméstico.

## **ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO**

O assédio pode ocorrer de diversas maneiras, não se limitando a uma única forma ou tipo. Ele pode acontecer entre pessoas de sexos opostos (homens para mulher e mulher para homem), entre pessoas do mesmo sexo (mulher para mulher e homem para homem) e entre colegas de trabalho ou entre chefes e subordinados.

O assédio sexual no trabalho caracteriza-se pelo constrangimento de outra pessoa no local de trabalho, com vista a obter algum tipo de favor sexual. Esse tipo de assédio é muito comum ainda mais em Angola que é muito comum, principalmente contra as mulheres

De acordo com a nova Lei Geral do Trabalho angolana, o assédio sexual no local de trabalho é considerado justa causa para o despedimento disciplinar do assediador. Além disso, o Código Penal angolano inclui o assédio sexual entre os crimes sexuais, prevendo penas de prisão para quem abusar da autoridade resultante de uma relação hierárquica de dependência ou de trabalho para obter favores sexuais como já colocado o assédio sexual vertical descendente.

No decorrer da pesquisa, notamos um certo receio das mulheres em abordar o tema do assédio sexual ou admitir que já foram vítimas de assédio sexual no local de trabalho. Isso ocorre porque a aceitação de que já foi vítima caracteriza uma rejeição diante da sociedade, principalmente pelo fato de que a nossa sociedade acredita que qualquer mulher que exerce uma função digna ou não, está nesse cargo porque se envolveu com os chefes ou foi comprada com favores sexuais. Esta crença evidencia quão naturalizado está a prática do assédio sexual, e quão difícil é para as mulheres acessar espaços de poder.

As mulheres que já fazem parte do mercado de trabalho têm mais dificuldades de aceitar ou informar que já foram vítimas de assédio sexual no local de trabalho. O que registramos é que a maior parte das mulheres nas entrevistas trouxeram relatos de outras mulheres que já foram vítimas, detalhando casos de amigas, colegas, vizinhas etc. No entanto, no decorrer da abordagem, chegamos à conclusão de que as mulheres estavam falando sobre elas mesmas, mas usando uma terceira pessoa.

Uma das interlocutoras confirmou que é muito difícil falar que já foi vítima de assédio sexual pelo chefe. Ainda temos muito preconceito quanto a este assunto. Mesmo nós, mulheres, se soubermos que outra mulher passou por essa situação, embora já tenhamos passado, colocamos um pé atrás, refletindo no que ela fez para passar por isso: "Ela deve ter se vestido de forma inadequada no local de trabalho. Se passou por isso, é porque ela mesma causou." Esses comentários muitas vezes fazem com que guardemos nossas dores e soframos sozinhas, para que não sejamos colocadas como as culpadas da história, mesmo sendo vítimas. Este tipo de comentários foi interpretado como o machismo interiorizado; no entanto, pensar no que a vítima fez ou não fez opera como um tranquilizador psíquico, onde as mulheres construímos a ilusão mental de que controlando nosso comportamento e vestimenta, seríamos capazes de controlar a conduta do assediador potencial. Esse pensamento impede também perceber que as mulheres como coletivo somos vítimas de assédio, pois o efeito disciplinador recai sobre todas as mulheres, e não apenas sobre as vítimas.

As mulheres trabalhadoras durante as entrevistas relataram que dentro das empresas onde elas trabalham, existem políticas que combatem a prevalência do assédio sexual no ambiente de trabalho, mas essas políticas não passam de uma mera formalidade para não descumprirem as leis implementadas pelo governo angolano. As políticas e ações de prevenção para surtir efeito é necessário que beneficie as mulheres de modo que se sintam seguras sem medo ou inseguranças no local de trabalho.

Durante as entrevistas, as mulheres relataram algumas profissões que jamais exerceriam pelo fato de serem onde mais ocorre o assédio sexual, tais como modelo, assistente de empresas de pequeno porte, polícia e militar, chegando até a desistirem de seus sonhos por esse motivo. Uma das interlocutoras tinha o sonho de poder ser modelo, mas infelizmente desistiu do sonho, pelo medo de ser vítima de ser assediada. No entanto, os

dados revelaram uma realidade diferente. Profissões que, à primeira vista, parecem seguras e respeitadas, também são palco de assédio sexual.

As interlocutoras destacaram que, mesmo em ambientes que deveriam ser acolhedores e profissionais, como escritórios, escolas e instituições de saúde, o assédio sexual é uma realidade presente. Essa discrepância entre a percepção inicial e a realidade vivida pelas mulheres evidencia a necessidade urgente de políticas eficazes e de conscientização para combater o assédio sexual em todos os setores profissionais.

## **ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL**

Segundo hooks (1994), quando falamos de ambiente educacional estamos falando de todo conjunto de elementos que estão presentes dentro de uma instituição de ensino que direta ou indiretamente vai influenciar o/a estudante no processo de ensino e aprendizagem. Ele inclui aspectos físicos, como a infraestrutura da escola, e aspectos emocionais e sociais, como as interações entre alunos/as e professores/as. Um ambiente educacional ideal deve ser acolhedor, seguro e estimulante.

Quando os espaços que precisavam ser acolhedores começam a se tornar ambientes hostis e inseguros para as pessoas, isso dificulta ou até impossibilita o aprendizado. Uma escola que não possui um ambiente suportável torna-se um local opressor para as pessoas que a frequentam. Segundo bell hooks (1994) a sala de aula pode ser um espaço de transgressão, onde os alunos e alunas podem desafiar as fronteiras raciais, sexuais e de classe. Ela acredita que a educação deve capacitar os alunos e alunas a transgredir essas fronteiras para alcançar a liberdade. Isso envolve criar um ambiente onde os alunos se sintam seguros para expressar suas ideias e experiências, e onde a diversidade é valorizada.

Em Angola, muitas escolas não oferecem um ambiente seguro e acolhedor para as estudantes, tornando-se um local difícil e desafiador para as mulheres. Frequentemente, as mulheres já saem de casa com medo de encontrar alguém na rua e serem abordadas simplesmente por serem mulheres. Esse medo e insegurança fazem parte do cotidiano delas.

No decorrer da nossa pesquisa percebemos por intermédio das entrevistas realizadas e os preenchimentos dos formulários de que apesar de vários casos de assédio sexual em Angola ainda assim o ambiente educacional é que se destaca: o 75% das mulheres responderam que já foram vítimas de assédio sexual nas escolas de forma generalizada e



algumas delas foram vítimas de assédio sexual vertical descendente; em contraposição, 25% expressaram ter sido vítima de assédio sexual no trabalho, ressaltando que algumas empresas possuem políticas internas de proteção às mulheres, conforme relataram algumas entrevistadas. As escolas, por sua vez, têm sido um dos principais centros de assédio sexual, praticado comumente pelo corpo administrativo e docente, como afirmou Ema da Silva, integrante do movimento “As Crespas de Malanje”, através da plataforma DW (Camuto, 2023).

Em algumas empresas em Angola, existem algumas políticas de denúncias, mas nas escolas não se verificou nenhum tipo de política de denúncias. De certa forma, as mulheres que indicaram ter sido vítimas de assédio sexual nunca fizeram denúncias porque 63% delas, depois de serem vítimas de assédio sexual, permaneceram caladas por medo e falta de confiança nos passos que viriam depois e pelo fato de não ter uma delegacia específica para fazer os depoimentos das vítimas. As políticas de denúncia existem em algumas empresas, conforme descreve a nossa interlocutora n1, mas dentro das escolas não se verificou nenhum tipo de mecanismo específico para denúncias. No percurso da minha pesquisa pela Unilab, eu queria saber um pouco mais sobre o que os homens acham do assédio sexual que tem acontecido nas escolas em Angola. Um dos rapazes, com uma certeza absurda, respondeu: “Acho normal, isso não começou hoje e nós não somos culpados.” A sociedade angolana ainda enfrenta muitos desafios, incluindo questões de gênero e violência contra mulheres. A educação e a conscientização são fundamentais para mudar essa realidade e criar um ambiente mais seguro e igualitário para todos.

O inquérito realizado em 2017, pelo Ondjango Feminista, circunscrito à província da Huíla relativamente ao assédio sexual em espaços públicos, permitiu constatar que este fenómeno sucede com muita incidência sobre meninas entre os 12 e os 18 anos, confirmando que estamos diante de uma sociedade que normaliza o abuso de menores e que mostra “não importar a idade delas para que sejam propriedades de quem achar que as deve possuir as vítimas de assédio sexual [e de violência sexual, em geral] são por regra, pessoas em situação de vulnerabilidade”. Essa vulnerabilidade tem motivos variados, mas, o comum a todos, é a incidência recair, maioritariamente, sobre meninas e mulheres. (ONDJANGO, 2024, p.5)

De acordo com o Instituto Nacional da Criança (INAC), Angola registrou mais de 4.700 casos de abuso sexual contra crianças entre março de 2021 e março de 2022. A capital, Luanda, teve o maior número de casos, totalizando 2.500 nesse período. Esses números

destacam a gravidade do problema e a necessidade urgente de medidas eficazes para proteger as crianças e combater o abuso sexual no país. (DW África, 2022)

## **CASOS DE MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS**

Nesta seção, apresentaremos três casos de assédio sexual nas escolas. Apesar de ocorrerem em diferentes localidades, é possível identificar semelhanças nas abordagens e na forma como os incidentes acontecem. O primeiro caso envolve uma estudante de Malanje, em Angola, que foi assediada por seu professor em troca de nota. O segundo caso trata de uma estudante de Luanda, que foi reprovada por não ceder aos favores sexuais solicitados pelo professor. Por fim, o terceiro caso aborda uma estudante de 16 anos, destacando outra perspectiva desse grave problema.

### **Caso 1**

Na província de Malanje, temos o exemplo concreto da estudante Benvinda Nguluvu, que deu uma entrevista ao jornal digital DW da sua experiência enquanto vítima de assédio sexual de um professor que, como forma de exercer o seu poder e pressione a ceder às suas investidas sexuais, atribuía-lhe notas baixas que a levavam a recurso. Benvinda também contou que conhecia outras histórias de assédio sexual, inclusive de estudantes que reprovaram inúmeras vezes em função deste fenómeno (DW, 2023).

### **Caso 2**

Na província de Luanda, temos o caso de uma aluna que participou da entrevista na minha pesquisa relatou que sofreu assédio na escola 5112 de Viana. Ela foi coagida pelo professor a sair com ele em troca de notas e material que ele disponibiliza para as aulas. Isso ocorreu quando a aluna disse que não tinha dinheiro suficiente para comprar o material que o professor vendia.

No entanto, a menina não aceitou. Desde esse episódio, passou a sentar nos lugares de trás da sala, e o professor a perseguia, perguntando se ela estava fugindo dele. Ela explicou a situação para outra professora, que levou o caso à direção. Os professores disseram que era invenção da aluna, e no final do ano, ela foi reprovada. As notas que a fizeram reprovar eram justamente do professor que a assediou e de outros professores amigos dele.

### **Caso 3**

Em junho de 2022, uma senhora de nome não mencionado residente em Luanda gravou um vídeo no exato momento que o professor encontrou a sua filha de 16 anos, e disponibilizou a filmagem para todas as redes sociais, como Instagram, facebook e whatsapp. O vídeo que não mostrava o rosto das pessoas apenas o áudio foi assim publicado em várias páginas de fofocas como do facebook e do Instagram. O intuito da mãe ao expor a situação foi tornar público um problema que muitas meninas enfrentam e que, por falta de diálogo em casa, se sentem inseguras para compartilhar certos problemas com os pais.

A adolescente, de 16 anos, mora em Luanda e frequentava o ensino médio. Ela foi vítima de assédio sexual por parte de um professor de uma das disciplinas. O professor pediu o número da aluna com a suposta intenção de ajudá-la nas dificuldades da matéria, mas ligava para ela em horários inadequados, como às 20h e 22h. A mãe relatou que o professor pedia para a aluna sair com ele várias vezes.

A menina sentiu-se desconfortável e explicou para a mãe o que estava acontecendo na escola. No dia seguinte, a mãe, sabendo que confrontar o professor na instituição não teria êxito, pediu para a filha aceitar a proposta do professor e, em seguida, foram confrontá-lo. No dia do ocorrido, depois que a menina encontrou o professor, dois minutos antes, a mãe e outra pessoa não mencionada apareceram para confrontar o professor, perguntando por que ele marcou de se encontrar com a adolescente às 19h. Segundo o professor, ele estava apenas dando explicações para a menina. A mãe, furiosa, questionou novamente e chamou outras pessoas para agredirem o professor.

Em relação aos 3 casos aqui expostos, vemos claramente como as histórias estão interligadas, parecendo as mesmas, mas não são. Este é apenas um dos reflexos do que as mulheres têm enfrentado nas escolas, especialmente adolescentes que não se abrem com os pais. A reprovação repete-se nos depoimentos, e emerge por um lado como um castigo, mas também expressa a resistência das estudantes perante a prática do assédio; assim como da ausência de mecanismos institucionais para rever a nota. Os casos de assédio sexual na escola destacam a importância de um ambiente seguro e de confiança para os estudantes conforme, diz bell hooks.

A coragem da adolescente em compartilhar sua experiência com a mãe é um caso raro de acontecer em Angola, e a ação da mãe em confrontar o professor são exemplos de como o apoio familiar pode ser crucial em situações delicadas. Também resulta tristemente visível

que a mãe teve que filmar, já imaginando que sua palavra e a da sua filha não iria a ter valor suficiente para acusar o professo é fundamental que as instituições de ensino implementem políticas rigorosas contra o assédio sexual e promovam um diálogo aberto entre alunos, pais e professores para prevenir e lidar com tais incidentes. A conscientização e a educação sobre os direitos dos estudantes são essenciais para garantir que todos se sintam seguros e respeitados no ambiente escolar.

## **CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS**

O silêncio forçado sobre os casos de assédio gera consequências graves, como depressão, dificuldade de aprendizado, desemprego e baixa autoestima, chegando até a afetar o desempenho escolar ou laboral das vítimas. No entanto, com o surgimento de grupos de apoio aos direitos das mulheres, como a Ondjango Feminista, Mwana Po e MEA, muitas começaram a se sentir mais à vontade para falar sobre suas experiências.

Em abril de 2023, o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA) esteve à frente de uma campanha para tornar público o problema do assédio sexual nas escolas, conscientizar e impulsionar programas de combate a essa violência dentro das instituições de ensino. Através de denúncias e relatos, o MEA busca assegurar os direitos dos estudantes, denunciando a prática de extorsão sexual por parte de alguns professores. (DW.2022). O presidente do MEA, Francisco Teixeira, destaca o aumento alarmante das denúncias de extorsão sexual nas escolas do país através de denúncias clandestinas de mulheres, a partir da reportagem com o jornal "DW".

Essa campanha foi um passo crucial para enfrentar o assédio sexual nas escolas angolanas e proteger os direitos e a dignidade das estudantes. Com o objetivo é dar voz às vítimas, promover a denúncia e trabalhar com as autoridades para criminalizar tais atos, a campanha logrou tirar o assédio sexual do silêncio e dos temas tabus, para ser durante vários meses, discutido publicamente. Convém lembrar que no mesmo ano de 2023, a lei de trabalho angolana inclui o assédio sexual como motivo justo para interrupção do contrato de trabalho, com direito a indenização da pessoa assediada. Possivelmente, a campanha estudantil tenha colaborado em abrir um debate público sobre o tema, e impulsionar a aprovação de dita lei, mesmo que de forma indireta.

Entre os objetivos das campanhas podemos citar:

- 1) Aumentar a conscientização sobre o assédio sexual nas escolas entre estudantes, professores e a comunidade.
- 2) Incentivar a denúncia de casos de assédio sexual.
- 3) Cobrar das instituições de ensino para implementar programas de proteção e apoio às vítimas.

A campanha teve como público-alvo: estudantes do I ciclo, (6,7 e 9 classes), ensino médio e o ensino superior. As Direções das instituições, Professores e funcionários das escolas, a Comunidade escolar e não escolar em geral. A campanha utilizou os canais de comunicação como redes sociais (Instagram e facebook) e foi publicado pelo jornal online DW. África para fazer a divulgação e acompanhamento da campanha, já que não tinham como entrar em contato com uma rede televisiva. (DW. ÁFRICA, 2023).

Entretanto, após a campanha que visava combater, conscientizar e visibilizar o assédio sexual, o movimento dialogou com o Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF). O secretário do sindicato declarou para MEA que as vítimas deveriam fazer denúncias, mas admitiu a ausência de um programa de proteção contra a violência para as mulheres nas escolas. O sindicato só agia mediante denúncias.

No entanto, qual mulher, em plena consciência, sairia de casa para denunciar um professor a outro professor? Muitas vezes, esses professores têm alguma ligação, e, mesmo que não tenham, o fato de serem do mesmo gênero pode levar a não dar a devida importância às falas ou denúncias das mulheres. Assim, percebemos que, embora a campanha tenha mobilizado o sindicato, não houve efeito significativo. Até o momento, não se ouviu mais nada sobre a campanha, que não avançou devido à negligência das próprias autoridades. As autoridades governamentais devem tratar essa questão como um problema público e não continuar abafando os casos de reivindicação.

Ao longo de 2023, têm surgido várias reivindicações sobre as práticas de assédio sexual nas escolas. A campanha do MEA mobilizou a internet, levando mulheres a se manifestarem nas redes sociais sobre suas experiências passadas e atuais. Alguns comentaram que, infelizmente, essa situação não mudará, pois a ética no trabalho não é levada a sério e é pouco provável que os professores mudem suas atitudes. Muitos acreditam que admitir esses problemas feriria seu ego masculino, já que essa prática é comum.

Uma comentarista destacou em uma publicação da maior página de informações digital em Angola “XE-AGORA AGUENTA”, no Instagram, que ser mulher em Angola é muito mais complicado do que em outros países. Nessa publicação, ela comentou o caso de uma jovem angolana residente em Portugal que, durante suas férias em Angola, após ser abusada sexualmente pelo amigo do seu ex-namorado, ter dado queixa à polícia e exposto o ocorrido nas suas redes sociais, foi desacreditada pela mídia, a qual alegou que ela só queria likes e que na verdade não foi abusada. Alguns dos comentários na postagem diziam: “quem foi abusada não age desse jeito”, “foi abusada em dezembro e só hoje em março está a expor a situação? Agora tudo virou abuso”.

O grupo MEA está se mobilizando para conscientizar sobre a importância da denúncia. No entanto, surgem dúvidas sobre onde fazer essas denúncias. Se forem à direção da escola, o diretor pode tentar cometer o mesmo ato. Nas delegacias, os policiais podem agir de maneira semelhante, pois, surpreendentemente, eles também são considerados como os agentes públicos que mais cometem esse tipo de ato, especialmente contra senhoras que vendem de forma ambulante.

A questão é: onde iremos nos queixar? Além do receio, não há um local seguro para denúncia em Angola. Precisamos nos organizar primeiro, construir uma base sólida para podermos incentivar a conscientização e a denúncia das mulheres. A codificação do assédio sexual na lei não é suficiente enquanto não existam condições para que as vítimas possam denunciar em segurança.

Embora a campanha tenha ocorrido rapidamente, o grupo conseguiu transmitir a mensagem de conscientização e incentivo à denúncia, dando visibilidade a uma temática pouco debatida na sociedade angolana, onde geralmente têm voz aqueles que possuem maior poder. O aumento do número de denúncias nas escolas não foi significativo, pois ainda é necessário discutir mais esses temas no ambiente escolar.

A campanha iniciou em 28/04/2023 e, desde então, vários temas e palestras têm sido promovidos nas escolas para apoiar as vítimas e incentivá-las a denunciar no Ministério da Justiça. No dia 13 de maio de 2024, no Dundo, três professores do ensino primário do município de Chitato, na província da Lunda-Norte, foram detidos pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) por assédio sexual a três alunas menores de idade. Os professores, usando de chantagem, assediava sexualmente as alunas para garantir melhores notas e a promoção de classe. Um dos professores alugou uma pensão para cometer o ato,

mas uma das meninas informou à mãe, que comunicou ao SIC. No dia marcado, o SIC foi ao local e deteve os professores.

Em 20 de fevereiro de 2024, em Moçâmedes, foi lançado um projeto de combate ao assédio sexual nas escolas na província do Namibe, uma iniciativa do Gabinete Provincial da Educação, Juventude e Desportos. Com o objetivo de proteger as vítimas, o projeto será implementado até 2027.

Vários outros projetos surgiram após a campanha, mas é importante ressaltar que a intenção não é criar inúmeros projetos apenas para mostrar interesse por parte das instituições, mas sim garantir que esses projetos e palestras produzam efeitos reais e reduzam o alarmante número de casos de assédio sexual nas escolas.

## **A VOZ DAS MULHERES: EXPERIÊNCIAS DE ASSÉDIO NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO.**

A pesquisa revelou que o assédio sexual é uma realidade presente no cotidiano de muitas estudantes do ensino médio público e de mulheres que são trabalhadoras formais em Angola. Para obtenção dos nossos resultados foi assim enviado um formulário de 10 questões para as mulheres que passaram pelo ensino médio público, de escolas totalmente diferentes com maior percentual das mulheres do PUNIV ensino não técnico de Angola, utilizado assim o critério de mulheres maiores de 18 ou igual a 18 anos e para as mulheres que já estão inseridas no mercado de trabalho formal em Angola, com objetivo de obter a prevalência dos assédios dentro dessas instituições, as políticas de prevenção existentes e os possíveis impactos, e consequências que tem causado às mulheres.

Os resultados foram organizados em categorias, o questionário investigou as narrativas das mulheres, os impactos e políticas de prevenção etc. As perguntas foram todas elaboradas para podermos explorar os assédios sexuais que as mulheres sofrem dentro das instituições e os resultados apresentam uma visão muito abrangente sobre os objetivos mencionados.

A amostra total foi composta por 120 mulheres, das quais 76 (63%) são estudantes e 44 (37%) são trabalhadoras formais. O questionário buscou investigar a prevalência do assédio sexual nesses dois contextos – educacional e profissional – além de examinar os

impactos emocionais e profissionais e as percepções das participantes sobre políticas de prevenção.

**Tabela 1.** Amostra de mulheres que participaram da pesquisa (Luanda, Angola, 2024)

Distribuição	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Trabalhadoras	44	37%
Estudantes	76	63%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria da autora a partir de dados coletados na pesquisa.

No que diz respeito ao questionário, 76 mulheres (63% das respostas) são estudantes, e 44 são mulheres trabalhadoras (37%). O presente trabalho analisou a incidência do assédio sexual contra as mulheres no mercado de trabalho, e nas escolas no ensino médio público. A análise desta questão é de suma importância já que estamos a retratar os dois contextos supracitados, obter os dois posicionamentos trás maior veracidade nos dados coletados. (tabela 1)

No que diz respeito às experiências pessoais, cerca de 89 participantes do formulário, correspondendo a 74% das mulheres, já foram vítimas de assédio sexual dentro das instituições. Cerca de 18 participantes, totalizando 15%, já presenciaram atos de assédio sexual. Além disso, 13 participantes nunca foram vítimas nem presenciaram casos de assédio sexual, segundo os dados.

De acordo com os dados, podemos ver claramente o índice alto de mulheres que sofrem e são vítimas de assédio. Esta alta taxa de relatos, atendendo ao percentual de mulheres vítimas, está ligada aos estudos de bell hooks (2000), que identificam o assédio como uma manifestação de poder e controle em ambientes hierárquicos. A questão foi colocada propositalmente desta forma ("se você já viveu ou presenciou situações de assédio sexual") porque me coloquei no lugar das interlocutoras.

Caso fosse colocado "se já fui vítima de assédio sexual", a palavra "vítima" pode ser considerada pesada e carregada de conotações negativas. Muitas vezes, as pessoas podem sentir vergonha, culpa ou medo ao se identificar como vítimas, especialmente em casos de assédio sexual. Isso pode dificultar a disposição das pessoas em compartilhar suas experiências. Utilizar uma linguagem que seja mais neutra ou que não carregue tanto peso



emocional ajudou a criar um ambiente mais seguro e acolhedor para que as mulheres se sentissem mais confortáveis em relatar suas experiências (tabela 2).

**Tabela 2.** Experiências pessoais de assédio sexual vividas ou presenciadas (Luanda, Angola, 2024)

Situação	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Vítimas de assédio	89	75%
Presenciaram atos de assédio	18	15%
Não viveram ou presenciaram	13	10%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria da autora a partir de dados coletados na pesquisa.

Ao serem questionadas sobre as formas mais comuns de assédio sexual, uma questão com uma série de opções para escolha, observou-se que cerca de 40 mulheres responderam que a forma mais comum de assédio sexual que viveram foi de comentários inapropriados ou piadas de teor sexual, correspondendo a 33% das mulheres na pesquisa. Cerca de 35 mulheres declararam que os atos mais comuns foram toques ou contato físico indesejado, equivalente a 29% no índice da pesquisa. Outras 35 relataram que os atos mais comuns são os convites insistentes ou avanços explícitos, totalizando 29% das mulheres. Dez participantes apresentaram outras formas de assédio sexual não mencionadas, correspondendo a 8% das mulheres na pesquisa.

Em relação aos impactos negativos, através dos levantamentos dos dados do formulário, cerca de 93 participantes tiveram uma redução significativa no seu desempenho acadêmico e profissional, correspondendo a 78% das mulheres na pesquisa. As outras 24 participantes apresentaram uma queda na produtividade ou desempenho, mas não tão significativa, totalizando 20% das mulheres. Os 2% restantes correspondem às participantes que não tiveram queda na produtividade ou no rendimento acadêmico.

Podemos perceber, nos resultados dos formulários, que as mulheres que, anteriormente, selecionaram que nunca foram vítimas de assédio sexual também responderam a questões voltadas ao impacto na produtividade. Esse número fora da média representa

fatores que influenciam o baixo rendimento de algumas mulheres dentro das instituições de maneira geral.

As questões voltadas à saúde mental são um assunto pouco discutido em Angola, ao contrário de outros países como o Brasil. De certa forma, o assédio sexual afetou cerca de 89 mulheres, trazendo medo e insegurança em ambientes institucionais. Um total de 74% das mulheres respondeu que se sentem com medo e inseguras em ambientes institucionais, já chegando aos locais com medo e com aquele espírito protetor.

Um total de 35 mulheres (29%), após serem vítimas de assédio nas instituições, relataram ansiedade e estresse constantes. Onze mulheres (9%) afirmaram ter sofrido de depressão e tristeza persistente. Isso ocorre porque, quando uma mulher é vítima de assédio sexual, ela muitas vezes não se enxerga como vítima, mas sim como culpada pelo ocorrido, julgando-se e tentando identificar possíveis situações ou ações que acredita ter feito para se responsabilizar.

Cerca de 64 mulheres (53%) relataram já terem sofrido outros impactos, como isolamento social, medo e queda no rendimento acadêmico. Por outro lado, 10 mulheres (8%) afirmaram não ter sofrido nenhum impacto identificado.

Os principais perpetradores de assédio sexual em ambientes que deveriam ser acolhedores e empáticos são, muitas vezes, as pessoas que possuem maior poder hierárquico. Cerca de 74 mulheres (61%) apontaram que os maiores perpetradores de assédio sexual nos ambientes mencionados são, frequentemente, supervisores, gestores e professores. 35 mulheres (29%) indicaram que os maiores perpetradores são os colegas de trabalho ou de turma. 7 mulheres (5%) apontaram que pessoas externas são os principais responsáveis por cometer assédio sexual nas instituições, enquanto 4 mulheres (3%) identificaram outros perpetradores que não foram mencionados.

**Tabela 3.** Principais perpetradores de assédio sexual identificados pelas participantes  
(Luanda, Angola, 2024)

Situação	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Supervisores, gestores e professores	74	61%

Colegas de trabalho e turma	35	29%
Pessoas externas	11	8%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria da autora a partir de dados coletados na pesquisa.

A iniciativa de tomar uma ação em situação de violência depende muito da estrutura organizacional e cultural de cada sociedade. No entanto, cerca de 75 mulheres (62%) relataram que as ações que tomaram após serem vítimas de assédio sexual foram permanecer em silêncio por medo ou falta de confiança. 30 mulheres (25%) afirmaram que compartilham os casos com amigos próximos logo que acontecem. 15 mulheres (12%) relataram que, após serem vítimas de assédio sexual, já conversaram com gestores no trabalho e, nas escolas, algumas conversaram com professoras em quem confiavam. Como sabemos, Angola não possui uma estrutura organizacional de acolhimento eficaz para mulheres vítimas de violência de forma geral. Essa escassez de acolhimento e empatia pelas vítimas está presente nas organizações.

**Tabela 4.** Ações tomadas pelas participantes após vivenciarem assédio sexual (Luanda, Angola, 2024)

<b>Ação Tomada</b>	<b>Freq. Absoluta</b>	<b>Freq. Relativa</b>
Permaneceram em silêncio	75	62%
Compartilharam com Amigas	30	25%
Outras ações	15	12%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria da autora a partir de dados coletados na pesquisa.

Em março de 2024 entrou vigor a lei que puni predadores de assédio sexual no ambiente de trabalho conforme mencionado no princípio do capítulo, de certa forma essa lei é uma iniciativa governamental para o combate da prática de assédio sexual no ambiente de trabalho. Portanto, ainda não temos um mecanismo ou políticas eficazes dentro das instituições para prevenir as violências contra as mulheres.

Cerca de 65 mulheres (54%) relataram que não existe nenhuma política ou mecanismo de prevenção, e, se existe, elas desconhecem tais políticas. Das 65 mulheres que

responderam, a maioria é estudante. Por outro lado, 30 mulheres (25%) relataram conhecer políticas e mecanismos e apontaram que funcionam de forma eficiente, lembrando que as mulheres que mais selecionaram essa alternativa são mulheres trabalhadoras. 25 mulheres (20%) apontaram que conhecem alguns mecanismos, mas que, no entanto, são pouco utilizados e não são tão eficientes.

Na última pergunta, as mulheres foram questionadas: Que mudanças ou ações você acredita que deveriam ser colocadas para combater o assédio sexual? 42 mulheres (35%) relataram que é preciso que se crie canais de denúncias seguras, isto porque criar um canal de denúncias específica para casos de assédio sexual, vai fazer com que as mulheres sintam-se acolhida e que de certa forma o bem estar social, psicológico e financeiro é essencial para toda sociedade, cerca de 35 mulheres (29%), relataram que para poderem combater o assédio sexual dentro das instituições é necessário criarem punições mais rigorosas para os perpetradores, 25 mulheres (20%) são a favor de criar campanhas de conscientização e treinamento contínuos e palestras para a diminuição do índice do assédio, mas de 8% das mulheres propuseram fazer melhor comunicação sobre as políticas já existentes, 6% que fazer outras coisas como falar e escrever sobre nós mesma seria uma forma de combate, como também um ato de nos solidarizarmos umas às outras é a maior resposta de combate que estaremos dando.

**Tabela 5.** Políticas de prevenção ao assédio sexual sugeridas pelas participantes (Luanda, Angola, 2024)

Políticas Sugeridas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Criação de canais de denúncias	42	35%
Punições mais rigorosas aos predadores	35	29%
Campanhas de Conscientização	25	20%
Melhorar as políticas já existentes	10	8%
Escrever sobre	8	6%
<b>Total</b>	<b>120</b>	

**Fonte:** Elaboração própria da autora a partir de dados coletados na pesquisa.

As respostas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa de certa forma revelam que o combate a violência contra as mulheres ou o assédio sexual nas escolas, não se resume apenas com punições aos predadores conforme previsto na nossa legislação, ela precisa envolver o

acolhimento, o fortalecimento da escuta ativa e uma criação de redes de solidariedade entre mulheres como o grupo Ondjango Feminista. Quando nos deparamos com 35% das participantes afirmaram que é preciso a criação de canais seguros para denúncias, estão como afirma bell hooks (2013), reivindicando um espaço onde possam ser ouvidas sem serem julgadas ou culpabilizadas, e de certa forma estão dizendo que os espaços disponibilizados para denúncias não são espaços acolhedor, porque elas precisam de um espaço que sirva de cura coletiva diante de uma cultura de dominação que tem silenciado as mulheres.

Da mesma forma, o desejo de escrever sobre nós mesmos é um ato de reivindicação, conforme a maior parte das interlocutoras afirmam, e ecoa com o pensamento da Grada Kilomba (2019), que entende que o ato de falar como um ato de ruptura com silêncio colonial e patriarcal. Para Kilomba, narrar as nossas vivências é um ato de resistir e descolonizar o nosso saber, no qual a mulher negra se recusa, a penas de ser um objeto de estudos e passa a ser sujeita da sua memória e luta. E de fato esses dados reforçam que o enfrentamento do assédio exige mudanças dentro da nossa estrutura e simbólicas onde a punição implementada caminha com a narrativa das mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse cenário, conclui-se que é urgente a implementação de programas de conscientização e prevenção dentro das instituições de ensino médio público, que incluam não apenas alunos, mas também professores, funcionários e gestores escolares. A criação de canais seguros para a denúncia, bem como o fortalecimento de políticas públicas para combater o assédio sexual, são medidas essenciais para garantir um ambiente educacional saudável e livre de violência.

As mulheres angolanas vêm sofrendo a cada dia com essa violência que não possui um grau de relevância importante para as organizações, organizações privadas têm se movido com intuito de apoiar as mulheres conscientizarem a cada dia mais a sociedade sobre os impactos negativos causados pelo assédio sexual nas instituições

A cada dia as redes sociais têm se tornado o meio pelo qual as organizações privadas como a Ondjango Feminista, Mwana Pwo implementam as suas campanhas, inquérito voltadas a violência contra as mulheres. O assédio sexual além de causar vários impactos

psicológicos para mulheres vítimas, ela pode ser um caminho para a evasão das mulheres do mercado de trabalho e da escola.

Compreender profundamente este tema é essencial para promover um ambiente seguro e digno para todas. As instituições devem ser acolhedoras, permitindo que os estudantes e profissionais trabalhem sem medo de assédio moral ou sexual. Além disso, obter informações não apenas nos mantém informados, mas também contribui para evitar práticas que perpetuam o assédio sexual. (hooks, 1994, p.42).

As escolas, que deveriam ser espaços de formação, obtenção de conhecimentos científicos e emancipação para construção de uma sociedade alfabetizada, têm se tornado um ambiente inseguro para as mulheres exigindo assim delas um esforço e resiliência maiores para se manterem e poderem concluir os seus estudos.

A insegurança que as mulheres enfrentam nos ambientes escolares impacta diretamente na qualidade da educação que ela recebe e absorve, que poderá resultar em uma menor preparação para conseguirem enfrentar um ambiente formal de trabalho. Essa desvalorização da educação feminina contribui de certa forma para a construção da desigualdade de gênero nos espaços tanto público como profissionais resultando em evasão das mulheres nos ambientes profissionais.

No mercado de trabalho, as vivências de assédio sexual reforçam um ciclo de exclusão e subjugação que dificulta o acesso das mulheres a cargos de liderança e poder. Como apontam as autoras Grada Kilomba e bell hooks, a posição de poder nos espaços laborais e educacionais reflete as posições de gênero e raça, onde a opressão é institucionalizada e legitimada. Assim, o assédio sexual funciona como um mecanismo disciplinador e controlador, restringindo a participação plena das mulheres nos espaços públicos

Esse ciclo de exclusão das mulheres evidencia a necessidade de uma transformação estrutural tanto na escola quanto no mercado de trabalho. É essencial considerar que a posição escolar e trabalhista reproduz desigualdades de gênero, e que o assédio é mais do que uma manifestação individual, ele é uma estrutura estrutural que sustenta a opressão e limita a mobilidade social das mulheres. Para romper com esse ciclo, é necessário investir em políticas de prevenção ao assédio, promover mudanças nas estruturas de poder e construir espaços verdadeiramente seguros e inclusivos para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ADALBERTO José. Assédio sexual e violência de gênero em Angola. **Dw África** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cresce-o-abuso-sexual-de-alunas-por-professores-em-angola/a-66236738>, Publicado em: 14/07/2023. Acesso em: 23/07/2023.

ANDRÉ, E. B. O que dizem os alunos sobre os conflitos decorrentes de sua relação com os professores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e231789, 2021. disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147231789>. acesso em 06/03/2023.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**, artigos 23.º, 31.º, 32.º e 36.º, de 5 de fevereiro de 2010. Disponível em: [https://www.vicepresidente.gov.ao/wp-content/uploads/2019/02/CRA\\_PT\\_VERSAO\\_DIGITAL.pdf](https://www.vicepresidente.gov.ao/wp-content/uploads/2019/02/CRA_PT_VERSAO_DIGITAL.pdf) Acesso em: 24 fev. 2023.

ANGOLA. **Lei n.º 12/23**, de 27 de dezembro de 2023. Lei Geral do Trabalho. Disponível em: <https://lex.ao/docs./assembleia-nacional/2023/lei-n-o-12-23-de-27-de-dezembro/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

AUGUSTO, Orla Sabina Ndala. As implicações do assédio sexual no processo de aprendizagem: um estudo no Complexo Bom Deus - Lubango. 2021. Projeto de Pesquisa. Instituto Superior de Ciências da Educação ISCED-HUÍLA, Huíla, 14 páginas, 2021.

CAMUTO, Ema da Silva. Mulheres **contra o assédio sexual em Malanje**. Dw.África Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-mulheres-contr-o-ass%C3%A9dio-sexual-em-malanje/a-65462158>. publicado em 28/04/2023 Acesso em: 23/07/2023.

FIGUEIRÓ, M. N. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: Londrina, 2009. 21 p.

FITZGERALD, Louise F.; GELFAND, Michele J.; DRASGOW, Fritz. **Measuring** sexual harassment: Theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology*, v. 17, n. 4, p. 425-445, 1995.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora ELEFANTE, 26 junho 2023 .480 páginas

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Maria do Carmo F. M. de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 286 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DA CRIANÇA (INAC). **Dados sobre abuso infantil e violência sexual contra menores em Angola.** Disponível em: <https://www.govern1.com/AO/Luanda/1104480606257304/Instituto-Nacional-da-Crian%C3%A7a---INAC>. Acesso em: 08/03/2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 249 páginas

ONDJANGO FEMINISTA. **TUBA! Informe 7. Assédio sexual:** uma desconsideração dos corpos das mulheres enquanto corpos políticos. Luanda, 2023. 96 p. disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/659849d77cc49b7893e7fa68/1704479234741/TUBA-Ed7-2023-MASTER\\_PT\\_V5.pdf](https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/659849d77cc49b7893e7fa68/1704479234741/TUBA-Ed7-2023-MASTER_PT_V5.pdf) acesso em: 08/03/2024.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GOMES, L. F. JESUS, D. E. Assédio sexual. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, v. 10, 2018. 23

PATEMAN, *Carole*. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2008. 364 páginas